



FAL@, MULHER!

Edição on-line - Agosto

Ano 011 N° 05 - 2009

Margarida Alves

O protagonismo feminino, a resistência ao latifúndio, a luta pela justiça e contra a exploração trabalhista. Essas foram algumas das bandeiras erguidas pela líder sindical Margarida Maria Alves que uniu todos esses ingredientes em suas ações políticas e trabalhistas em Alagoa Grande (PB). A sindicalista batalhou pelo registro profissional das trabalhadoras e trabalhadores rurais, pela jornada de 8 horas, pelo 13º salário, férias e outros direitos. Porém seu discurso não era bem visto pela classe patronal da região.

Há 26 anos, Margarida Alves foi assassinada, mas sua batalha não foi em vão. No mês de agosto, em sua homenagem, milhares de mulheres realizam ações municipais, estaduais ou nacional, a exemplo da Marcha das Margaridas, uma iniciativa pelo fim da fome, pobreza e violência sexista. A trajetória de vida, a morte trágica e as causas de uma mulher, pobre, trabalhadora rural e nordestina são os argumentos para unir uma multidão de 'Margaridas' que levantam a mesma bandeira por uma sociedade com justiça social.

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”

Margarida Maria Alves

Mulheres gerando renda e solidariedade

O Programa Geração de Renda do MMTR-NE realizou, nos dias 7 e 8 de agosto, mais um Encontro Regional, que esclareceu as mulheres sobre as redes produtivas e a economia solidária. Edlaneide Rodrigues, da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, conversou com as trabalhadoras rurais sobre a importância de se criar redes de produção. “As redes são uma forma de articulação. Nas grandes cidades, há redes de supermercado e de farmácia, mas a nossa tem como objetivo ajudar a comunidade a impulsionar sua sustentabilidade, valorizando e dando visibilidade ao trabalho produtivo das mulheres”, explicou Rodrigues.

Verônica Santana, da equipe do Programa, ressaltou a necessidade das mulheres participarem da comercialização dos seus produtos. “Foi aprovada a Lei nº 11.947 do Governo Federal que obriga as prefeituras a comprarem, no mínimo, 30% dos produtos para a merenda escolar vindos da agricultura familiar. É preciso se organizar para atender esse mercado que está se abrindo para a agricultura familiar”.

A Economia Solidária (Ecosol), temática do dia seguinte, foi debatida com o agente de extensão rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Anísio de Oliveira Júnior. O palestrante fez um resgate histórico do modelo econômico atual, apontou formas de mudar esse modelo e explicou os dez princípios da Ecosol. Nessa conversa, as mulheres perceberam que podem iniciar a economia solidária através de um fundo rotativo solidário, onde a comunidade se organiza para custear suas despesas. Uma das participantes também acrescentou: “Há também recursos governamentais de crédito que podem ajudar uma comunidade a iniciar uma atividade solidária”. Tada a dica!



O deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE), em junho, enviou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5448/2009, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra o homem. Em sua justificativa, o autor do projeto argumenta: “O gênero masculino tem sido negligenciado, no que diz respeito a iniciativas públicas visando a resguardar seus direitos, proteger sua saúde e defender os interesses que lhe são típicos e peculiares”.

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste questiona: Como defender tal projeto de lei se as estatísticas mostram que o homem, historicamente, tem se constituído em um agressor e violador da integridade física e psicológica das mulheres? No País, a cada minuto quatro mulheres são violentadas por seus companheiros, isso sem falar nas estatísticas dos assassinatos de mulheres. Resta-nos saber o que o deputado deseja com essa iniciativa.

Talvez fosse mais produtivo para a sociedade o deputado Patriota criar um projeto de lei que tratasse da educação nas escolas, promover campanhas educativas nos meios de comunicação e em espaços públicos provocando assim uma autorreflexão do que é ser homem, bem como, criar na sociedade uma cultura de paz e respeito. Dessa forma, o direito à vida das mulheres seria garantido e respeitado e elas não mais precisariam fugir e denunciar os seus companheiros.

Piauí

O Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí realizou nos dias 7 e 8 de agosto mais uma reunião da diretoria. As participantes discutiram as atividades que serão desenvolvidas com as trabalhadoras rurais em relação ao projeto *Trabalhadora Rural - Semeando Cidadania e Gerando Renda*. A ação formará grupos de produção para as trabalhadoras promovendo assim sua autonomia econômica e seu protagonismo na economia rural.

Políticas Públicas

Três representantes do MMTR-NE participarão do curso *Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais*. A ação capacitará as mulheres rurais sobre os princípios da ECOSOL e feminista, instrumentos para gestão de organizações econômicas e políticas públicas de apoio à produção e comercialização para fortalecimento das organizações produtivas de mulheres. O 1º módulo será direcionado para a região Nordeste II e Centro-oeste.

Nota 10

As estudantes da UFPE–Campus Agreste realizaram a pesquisa *Ausente de mim mesma: A descoberta de ser mulher trabalhadora rural*. Cristina Souza, Maria de Aguiar, Miriam de Lima estudaram durante seis meses o processo educativo do MMTR-NE, a formação política e a construção da autonomia feminina. O trabalho teve nota máxima.

Lei Maria da Penha

Neste mês, a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), completa três anos de implantação e está sendo ameaçada. Diversas organizações estão se mobilizando contra o projeto de lei que reforma o Código de Processo Penal. No projeto, a violência doméstica é tratada como um crime de menor gravidade diferentemente da LMP que trata violência doméstica como crime grave. Para participar da mobilização em favor da LMP, basta acessar o endereço: <http://gopetition.com/online/28830.html>.

Atendimentos

De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), São Paulo é o primeiro colocado na lista dos estados que mais tem registro na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Rio de Janeiro e Minas Gerais ocupam o segundo e o terceiro lugar, respectivamente. De acordo com o mesmo órgão, entre os estados do Nordeste os registros seguem a seguinte colocação: 1º- BA, 2º- PE, 3º- RN, 4º- AL, 5º - CE, 6º - MA, 7º - PB, 8º - PI e 9º- SE.

MMTR-NE

Rua Luiz Gonzaga Etevaldo Gomes, 40,
Agamenon Magalhães. Caruaru (PE)
CEP: 55.034-100

Fone: (081) 3722.0533

Fax: (081) 3721.4323

E-mail: mmtrne@mmtrne.org

mmtrne@gmail.com

O Fal@, Mulher! é uma produção da Assessoria de Comunicação do MMTR-NE
Jornalista: Marcelle Honorato/ Projeto Gráfico e Diagramação: Mônica Cabral